

A Federação Operária de São Paulo: Anarquistas e sindicalistas nos anos 1930

RODRIGO ROSA DA SILVA*

“Ontem, na sede da Federação Operária realizou-se uma assembléia (...) a quase totalidade dos anarquistas de S. Paulo estiveram presentes. A sala quase que só tinha anarquistas”¹.

Ao nos depararmos com tal relato não poderíamos logo imaginar que essa reunião tenha ocorrido no início do século XX, quando os anarquistas eram atuantes e “hegemônicos” nos sindicatos, segundo parte da historiografia sobre o movimento operário brasileiro? Talvez em 1906, quando da realização do Primeiro Congresso da Confederação Operária Brasileira ou nas agitações preparatórias para a Greve Geral de 1917? Mas qual não é a surpresa ao constatarmos que a referida assembléia realizou-se no dia 23 de agosto de 1933.

Tratava-se de uma conferência onde discursaram os anarquistas Florentino de Carvalho e Hermínio Marcos para uma platéia repleta de anarquistas e para os ouvidos atentos dos policiais infiltrados, que relataram todo o ocorrido às autoridades do DEOPS.

O surgimento de novos documentos possibilitam a afirmação da sobrevivência e, mais importante, da atividade de muitos militantes anarquistas, grupos e órgãos de orientação libertária nos anos 1930. E ainda mais importante, permite desvendar a presença do anarquismo na cena política e sua influência nas associações e sindicatos de trabalhadores.

A maior parte dos autores que se dedicou a estudar o anarquismo no Brasil – com raras exceções – considerou-o como uma fase embrionária do sindicalismo brasileiro. Quase a totalidade das pesquisas que tratam, direta ou indiretamente, do anarquismo e dos anarquistas no Brasil conclui praticamente com as mesmas idéias: que o seu surgimento foi concomitantemente à chegada dos primeiros imigrantes italianos e espanhóis no último quartel do século XIX e que o ideal libertário se desenvolveu em

* Cientista Social (FFLCH/USP), Mestre em História Social do Trabalho (IFCH/UNICAMP) e Doutorando em Educação (FE/USP).

¹ Doc 16, Prontuário DEOPS-SP no. 144 – Florentino de Carvalho

conjunto com o movimento operário, mantendo uma forte influência nesse meio até meados da década de 1920, quando, supostamente, sofreu o seu “declínio”. Segundo os autores que partilham dessa teoria, o anarquismo teve seu apogeu durante a década de 1910, sendo a Greve Geral de 1917 seu principal símbolo, e a partir da criação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, o movimento anarquista teria perdido sua força, chegando até a desaparecer em meados da década de 1920. Outros estudos mais recentes apontam seu “declínio” como consequência da perda de sua influência junto ao operariado e à constante repressão levada à cabo pelos órgãos policiais do período pós-1930.

Podemos encontrar uma interpretação diferente, principalmente, nos livros de Edgar Rodrigues (RODRIGUES, 1972; RODRIGUES, 1992) e em algumas teses acadêmicas produzidas nos últimos anos (AZEVEDO, 2002; NASCIMENTO, 2000; ROMANI, 2002; SAMIS, 2002). Os indícios da atuação dos anarquistas após a criação do PCB e da Revolução de 1930, evidenciam-se na continuidade da publicação de jornais, nas manifestações, especialmente antifascistas e anticlericais e na resistência anarquista nos sindicatos, contra a subordinação ao Estado de Vargas e às leis trabalhistas.

Sobre a presença e atuação anarquista nos sindicatos nos anos 1930, objeto principal deste artigo, há duas importantes pesquisas que trazem perspectivas interessantes. Angela Araújo caminha no sentido contrário da maioria dos historiadores em sua tese de doutorado sobre a implantação do corporativismo pelo governo getulista ao reconhecer a influência anarquista no movimento sindical durante os primeiros anos após o golpe getulista. Já no final do mesmo ano, 1930, logo após a implantação do novo governo, muitos sindicatos, que haviam sido fechados com a repressão dos anos anteriores, foram reorganizados a partir de movimentos grevistas e da articulação encabeçada por anarquistas e trotskistas, através do Comitê de Reorganização Sindical. Diversas categorias tiveram seus sindicatos criados ou reerguidos, culminando com a formação de duas federações sindicais estaduais: a Federação Sindical Regional de São Paulo (FSRSP), “dirigida pelos comunistas, que reunia principalmente sindicatos de cidades do interior, sem bases expressivas na capital”(ARAÚJO, 2002: 47); e a Federação Operária de São Paulo (FOSP), “que congregava o maior número de

sindicatos e algumas das categorias de trabalhadores mais importantes da capital” (ARAÚJO, 2002: 47’).

A FOSP, de orientação anarquista, tinha marcada influência em diversos sindicatos. Podemos ter uma idéia de seu alcance e das categorias que ela representava através de um relatório policial sobre “propaganda anarquista” em São Paulo:

“A propaganda anarquista em São Paulo é sustentada pela ‘Federação Operária de São Paulo’ composta, em sua maioria, por elementos estrangeiros. Conta, essa Federação, com os seguintes sindicatos, todos ilegais: Liga Operária da Construção Civil; União dos Artífices em Calçados; Sindicato dos Operários em Fábricas de Vidros; Sindicato dos Padeiros; União dos Canteiros de S. Paulo; União dos Operários em Fábricas de Chapéus; União dos Empregados da Light; Sindicato dos Operários em Ofícios Vários; União dos Ladrilheiros; Liga Operária da Água Branca e da Lapa; Liga Operária da Vila Anastácio”².

Além dessas entidades enunciadas pela polícia, sabemos que a União dos Profissionais do Volante, a União dos Operários Metalúrgicos, a União dos Vendedores Ambulantes e a União dos Canteiros de Itatiba, assim como outros sindicatos de cidades do interior, também eram filiadas à Federação.

Diante do projeto autoritário-corporativista de promover a colaboração dos trabalhadores com o Estado e discipliná-los através de propostas inclusivas de participação política atrelada à legalização dos sindicatos e da promulgação de leis sociais, “os anarco-sindicalistas foram a única corrente sindical que se manteve irreduzível na defesa da organização autônoma dos trabalhadores e na oposição ao sindicalismo corporativista” (ARAÚJO, 2002: 49).

Angela Araújo ainda aponta os principais motivos da perda de força dos anarquistas dentro dos sindicatos: a disputa política com outras correntes de esquerda, que tinham visões diferentes a respeito da relação com Estado e a situação que o governo getulista impôs ao movimento operário ao promulgar leis sociais. Ainda, segundo a autora,

² s/Doc, Prontuário DEOPS-SP no. 1579 – Associações de Classes e Sindicatos

“cabe considerar que à todas estas dificuldades veio ainda se somar a repressão crescente que acompanhou o crescimento da movimentação operária e da radicalização política entre 1934 e 1935. Os anarco-sindicalistas sofreram uma perseguição constante dos órgãos de segurança. A FOSP esteve sob vigilância contínua da polícia e foi várias vezes invadida. As prisões de suas lideranças foram freqüentes e houve vários casos de deportação dos estrangeiros”(ARAÚJO, 1994: 190).

Tal vigilância contra a Federação pode ser comprovada através da análise do prontuário nominal dedicado à Federação Operária de São Paulo, dividido em 4 volumes recheados de relatórios de investigação, materiais apreendidos e outros documentos oficiais, produzidos pelos agentes ou pelos delegados do DEOPS.

Com base nesses e em outros documentos, Raquel de Azevedo buscou, em seu livro, demonstrar a sobrevivência dos sindicatos libertários entre os anos 1927 e 1937. Centrando sua análise nas greves e na resistência à legislação trabalhista, a autora, acrescentou dados substanciais acerca da organização dos operários anarquistas no período, arrolando as muitas paralisações e greves que ocorreram e listando mais de 30 sindicatos de orientação anarquista na ativa durante o referido decênio. Azevedo chega às mesmas conclusões que Angela Araújo a respeito da paulatina perda de predominância libertária no meio sindical: a concorrência de outras correntes políticas, em especial, os comunistas, pelo controle dos sindicatos; a intervenção estatal nas organizações operárias; e a intensa repressão. Porém, ela acrescenta uma nova visão sobre o movimento: para além da participação no meio operário, a resistência anarquista “se processava através das formas de organização autônomas e de atividades artísticas e educativas”(AZEVEDO, 2002: 7). Ou seja, os anarquistas faziam-se presentes não só nas Uniões Operárias e na FOSP, mas também em seus grupos de afinidade, em suas publicações e conferências.

Em meados de 1933 havia outros grupos que atuavam em conjunto com a FOSP, utilizando a mesma sede. Destacam-se dois jornais – *A Plebe* e *O Trabalhador* – e o Centro de Cultura Social. A partir de estudos sobre a atuação deste Centro (Cf. GERALDO, 1998: 165-192), podemos notar que em certo período, coincidindo com a perda de influência nos sindicatos, alguns grupos anarquistas mantiveram-se ativos, porém em outros âmbitos e de maneira menos ligada ao movimento sindical. Aqui não se pode ignorar que, durante todo o debate político interno do anarquismo no Brasil,

houve discordâncias quanto ao meio e maneira de atuação libertária, gerando várias correntes dentro do próprio seio do movimento, algumas delas que optavam por não participar diretamente das lutas operárias e de sindicatos. Ao mesmo tempo há uma interpretação que compreende a rede de relações e colaborações entre militantes e diferentes grupos anarquistas, constituindo verdadeiras frentes amplas de atuação, abarcando não só a atuação sindical, mas espraiando-se por práticas educativas e culturais. Assim, sugerimos que os anarquistas neste período, como em outros momentos históricos e em outros países, construíram diferentes “instituições” ou espaços de atuação que encontravam-se em constante diálogo.

Se tomarmos, por exemplo, a atuação do pedagogo Francisco Ferrer y Guardia na primeira década do século XX em Barcelona veremos a sua presença na construção do seu grande projeto pedagógico, a Escola Moderna, mas também nas ações anticlericais e nos círculos maçons, assim como na agitação sindical de caráter revolucionário, através do periódico *La Huelga General*. Sendo assim, podemos compreender a organização anarquista em São Paulo como uma rede de homens e mulheres, articulados em diferentes espaços políticos cumprindo um papel diferente em cada um deles, porém, todos constituindo um projeto libertário que desse conta de dar respostas aos trabalhadores e explorados em geral em diversos aspectos da vida político-social, sem deixar de lado as reivindicações econômicas. Sendo assim, *Centro de Cultura Social*, *Federação Operária* e *A Plebe* constituem-se como diferentes frentes de atuação de um projeto anarquista mantido por um grupo de militantes na capital paulista.

Um olhar panorâmico sobre a movimentação anarquista no período e a atuação de seus mais destacados militantes ajudará a (re)conhecer alguns de seus principais sujeitos, muitos dos quais não se dedicavam exclusivamente aos sindicatos de classe, mas também concentravam esforços na organização e realização de atividades culturais ou intelectuais em diferentes órgãos de orientação libertária.

Um perfil da agitação anarquista, observada durante nossa pesquisa, pode ser traçado através do cruzamento das informações contidas nos prontuários do DEOPS, nos jornais libertários editados na época e nas referências apontadas em alguns livros e pesquisas acadêmicas. A análise desse material nos leva a uma importante observação: nos cinco primeiros anos da década de 1930 pode-se dizer que havia um movimento

anarquista ativo e que diversos sindicatos, militantes e entidades circulavam nos mesmos meios e participavam de atividades em comum, caracterizando-se como elos de ligação entre as diversas práticas libertárias. Exemplos disso não faltam. Militantes como Edgard Leuenroth, Rodolfo Felipe, Hermínio Marcos, Pedro Catalo e muitos outros circulavam por diversos grupos, estavam presentes em muitas reuniões e assembleias, tinham escritos publicados em periódicos e realizavam viagens de propaganda pelo interior e por outros estados. Diversos periódicos eram impressos e mantidos por eles, em especial *A Plebe*, *O Trabalhador* e *A Lanterna*. Vários sindicatos de importantes categorias profissionais tinham uma nítida influência de trabalhadores de orientação anarquista em seus meios. Manifestações públicas, reuniões e assembleias eram constantes, contando com a presença de dezenas e, às vezes, centenas de pessoas, entre elas alguns dos nomes já citados. Assim, através da trajetória de alguns personagens dessa história escamoteada e das organizações traçaremos um breve panorama desse movimento e de seus principais personagens em São Paulo, tentando apreender sua teia de relações internas e o alcance de suas práticas.

A FOSP

A Federação Operária de São Paulo foi, sem dúvida, a entidade de cunho libertário de maior projeção logo nos primeiros anos após o golpe getulista. A FOSP, segundo informou em 09 de março de 1933 o delegado de ordem social ao chefe do Gabinete de Investigações, “professa o anarquismo e, por todos os meios ao seu alcance, procura infiltrá-lo entre as massas proletárias. Não é entidade reconhecida pelo Governo Federal e, em absoluto, não reconhece a autoridade do Ministério do Trabalho”³.

De acordo com notícia do jornal *Folha da Manhã* de 07 de agosto de 1931, a Federação congregava 13 sindicatos e mais de 1000 afiliados. Segundo o artigo, a FOSP encontrou terreno fértil para sua expansão no período “pós-revolucionário”, ou seja, após o golpe getulista, por estar garantido aos trabalhadores o direito de reunião e associação, enquanto que sob o governo anterior “o proletariado era um caso de polícia”. Ironicamente, essa notícia encontra-se anexada ao prontuário policial de

³ s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 188 – Hermínio Marcos Hernandez

Arsênio Palácios⁴, um dos principais articuladores da referida Federação, sempre observada de perto por investigadores e sob constantes ameaças de fechamento por parte das autoridades policiais.

Durante a Terceira Conferência Operária Estadual, realizada nos dias 13, 14 e 15 de março de 1931 (RODRIGUES, 1995: 141), deu-se a retomada da FOSP, na tentativa de reconstruir a força que a Federação teve desde sua fundação em 1905. Reunindo diversos sindicatos de orientação anarquista, destacou-se por sua ardorosa luta contra a burocratização e a oficialização dos sindicatos, recusando-se a tirar a carteira do trabalho, por entenderem ser esta uma “carteira policial”. Os trabalhadores ligados à Federação eram constantemente vigiados e detidos para averiguação pelos agentes do DEOPS devido a essas posturas da entidade. A FOSP foi, sem dúvida, um dos focos de maior resistência à ingerência do Estado sobre as organizações de trabalhadores em São Paulo, porém não resistiu às diversas investidas contrárias, tanto por parte de outras tendências políticas que concorriam pelo controle dos sindicatos, como pela ação do Estado por meio de seus diversos mecanismos de controle – a exigência da regulamentação sindical atrelada à concessão de alguns direitos, a representação parlamentar operária e a intensa repressão policial – acabando por ser desativada e ter sua sede definitivamente lacrada pelas autoridades em 1937.

Sendo a FOSP de orientação anarquista e a entidade que dentre poucas lutou fervorosamente contra a domesticação dos trabalhadores nos anos 1930 em São Paulo, parece estranho que tão poucos pesquisadores tenham se dedicado a este tema tão importante para a história do movimento operário, já que caracterizava-se pela recusa de ter suas entidades sob controle estatal ou sob representação parlamentar. A atuação da FOSP, em especial durante os anos de 1931 e 1937, marca a presença relevante dos trabalhadores anarquistas no movimento sindical de massa. Essa presença era notada pela polícia também, que a vigiava constantemente. A FOSP sofria, de tempos em tempos, ataques da polícia que prendia seus filiados e fechava sua sede. Nas páginas de *A Plebe* podemos ler um relato do comício de Primeiro de Maio de 1933:

“A Federação já tinha anunciado o comício no Largo da Sé. Depois [houve] uma proibição emanada da chefatura de Polícia (...). O operariado não se conformou

⁴ Prontuário DEOPS-SP no. 1507 – Arsênio Palácios

(...) e realizou o anunciado comício (...). Chegou uma nova proibição (...). Centenas de trabalhadores regressaram à sede da Federação (...). A certa altura chegaram inspetores e soldados que se postaram na porta, não deixando sair ninguém do salão. Pouco depois chegaram as jardineiras e grande número de agentes, os quais, subindo no salão deram voz de prisão a quantos lá se encontravam, passando a revistar a todos à medida que iam saindo (...) e encafuando-os nas jardineiras, que os transportaram ao presídio da rua do 'Paraíso', tendo fechado a Federação”⁵.

O relato segue contando que à noite foram todos soltos e a Federação reaberta, o que deixa clara a insistência dos anarquistas em manterem-se ativos, à despeito da repressão que sofriam.

Num relatório escrito pelo agente infiltrado que assinava sob o pseudônimo de Guarany, dá para notar o objetivo da ação policial e a análise dos resultados:

“No 1º de Maio que há pouco se passou, mais uma vez foi dado a todos constatar o quanto é útil a ação preventiva da polícia. Assim foi que, embora a ação perniciosa dos maus elementos promettesse acontecimentos desagradáveis para esse dia, com as medidas postas em prática pela polícia, tudo correu calmo e 1º de Maio foi comemorado condignamente pela massa dos trabalhadores”⁶.

Em torno da FOSSP havia uma grande quantidade de grupos, ligados direta ou indiretamente à entidade. Filiados a ela existiam dezenas de sindicatos e pequenos grupos de afinidade, mas também circulavam em sua sede, localizada então na rua Quintino Bocaiúva, número 80, centro da capital, diversos militantes e agrupações libertárias. Nesse salão encontravam-se instaladas diversas secretarias de sindicatos filiados e havia espaço para assembleias e reuniões. A Federação possuía um jornal que era considerado, pelos investigadores do DEOPS, “órgão oficial da Federação Operária”, batizado de *O Trabalhador*.

O primeiro número do jornal *O Trabalhador* surgiu em setembro de 1931, carregando na capa o lema anarcossindicalista “Trabalhador, combate o Estado em todas as suas formas”. O responsável pelo periódico era o espanhol Hermínio Marcos.

⁵ *A Plebe*, no. 23, 06/05/1933

⁶ Doc. 2, Prontuário DEOPS-SP no. 2945 – Confederação Operária Brasileira

Na sua edição de 05 de dezembro de 1931 foi publicada a “Afirmção de Princípios” produzida durante a Terceira Conferência Operária, que em seu artigo 3º diz:

“A FOSP não obedecerá à nenhuma tendência político-partidária ou religiosa, não podendo nenhuma de suas aderentes ou qualquer de seus membros, individual ou coletivamente, servir-se de suas filiadas ou aderentes para se manifestar em sentido político ou religioso”⁷.

A “Afirmção” acrescenta ainda, mais adiante, que “não poderá pertencer à FOSP quem ocupar cargos políticos ou a eles se faça candidato”. Na mesma edição podemos ler no editorial que o jornal ressurgia “abraçando o seu ideal libertário, tendo à flor dos lábios, o seu hinário de revoluções sociais antiestatais”⁸.

Edilene Toledo, citando trechos de um relatório policial do ano de 1931, conclui que tal documento seria uma fonte que confirmaria “a tese da influência das idéias sindicalistas revolucionárias no movimento operário paulista”, negando assim “sua associação direta a uma corrente política, como o anarquismo” (TOLEDO, 2004: 118). No sentido contrário, Lúcia Parra cita o mesmo documento como comprovação de que “os sindicalistas e anarco-sindicalistas eram maioria no movimento operário”(PARRA, 2003: 49). Curiosamente, a análise do mesmo documento originou conclusões opostas das duas pesquisadoras. Antônio Ghioffi, investigador autor do referido relatório faz uma análise dos movimentos sociais atuantes na época e diferencia, dentro do movimento operário, diversas correntes políticas: *trotskismo, anarquismo, sindicalismo, anarco-sindicalismo e anarquistas puros*. Dentro dos sindicatos sempre foi comum as disputas de idéias, porém nem sempre essas posturas eram completamente divergentes, como o relatório pode fazer transparecer, havendo uma luta entre “anarquistas puros” e sindicalistas. Não se pode negar que algumas correntes do anarquismo colocavam em xeque o papel do sindicato, os denominados comunistas libertários, por exemplo, ou até mesmo se opunham à participação nessas organizações, em especial os que tinham tendências individualistas. Essas disputas, mais do que demonstrar uma incoerência dos próprios anarquistas, reforçava-o, na medida em que nenhuma dessas correntes tentava

⁷ *O Trabalhador*, Ano I, no. 2, 05/12/1931

⁸ *Idem*

lançar mão de artimanhas políticas ou violentas para conquistar uma pretensa “hegemonia”, termo sempre tão usado nas pesquisas históricas sobre o movimento sindical no Brasil. Os anarquistas, ao contrário dos comunistas, não acreditavam que deveria existir um “sindicato anarquista”, onde somente partidários dessa idéia poderiam filiar-se. Todas correntes entendiam o sindicato como uma organização de classe, formada por trabalhadores explorados que se reuniam para melhorar suas condições de vida e trabalho, porém divergiam quanto ao grau de participação de anarquistas nessas instituições. Errico Malatesta, militante anarquista italiano que teve suas idéias muito difundidas nos meios libertários brasileiros, para além de uma crítica ao sindicalismo que, segundo ele, pretendia transformar “os meios em fins”, ameaçando a transformação radical da sociedade como um todo, insistia, no Congresso Anarquista realizado em Amsterdã no ano de 1907, que

“é preciso que os anarquistas continuem ingressando nos sindicatos antes de mais nada para difundir o anarquismo entre os operários e depois, porque está é a única forma de que chegue o dia – pelo qual todos esperamos – em que poderemos ter à nossa disposição grupos capazes de assumir o controle da produção” (MALATESTA, 1981: 204).

Nesse congresso se colocou em discussão a questão da organização, com diversos posicionamentos sobre a questão do sindicalismo e da participação de anarquistas em organizações. Malatesta, após ouvir alguns militantes versarem sobre o *individualismo*, o *sindicalismo*, o *anarco-sindicalismo* e a *organização*, principais temas do Congresso, sintetizou sua impressão:

“o que nos divide são palavras que entendemos de maneira distinta. Buscamos querelas acerca das palavras. Mas, no âmago da questão, estou persuadido de que todos concordam. (...) É um erro grave representar os ‘organizadores’, os federalistas, como autoritários; e é outro, não menos grave, figurar-se os ‘antiorganizadores’, os individualistas, como se condenando deliberadamente ao isolamento. (...) Em outras palavras, organizadores e antiorganizadores, todos se organizam” (GUÉRIN, 2000: 15-16).

Na moção final, proposta por Amédée Dunois e aprovada, tendo apenas um voto contrário, pode-se ler que “a organização operária, fundada na identidade de interesses, não exclui uma organização baseada na identidade de aspirações e de idéias” (GUÉRIN, 2000: 15-16).

Acreditamos que o artigo 3º da “Afirmção de Princípios” da FOSP, demonstra a vontade de manter fora dos sindicatos os partidos políticos e as religiões, pois em consonância com a referida moção aprovada em Amsterdã, o sindicato deveria ser um órgão de todos trabalhadores, independente de sua orientação política ou religiosa.

Em nota oficial publicada em *A Plebe* de 8 de janeiro de 1933, a FOSP anuncia que

*“tanto na sua primeira fase, como na atualidade, soube manter incólumes os princípios do apoliticismo sindical, está sendo alvo do ódio dos politiqueros de todos os matizes e de todas as cores. Ainda há poucos dias, dois elementos que, por quererem arrastar as organizações operárias ao terreno da política, desligaram-se da Federação, juntamente com a organização que representavam e que à revelia da maioria dos trabalhadores da classe passou a obedecer às ordens de determinada facção partidária (...)”*⁹.

Além disso, em seus boletins, nas páginas de *O Trabalhador* e nas publicações de outros sindicatos filiados à FOSP, os militantes deixavam transparecer sua filiação ao movimento anarquista. Em panfleto exaltando as agitações sociais na Espanha, intitulado “A gloriosa epopéia do povo ibero: pelo comunismo anárquico”, assinado pelo Comitê Federal da FOSP e apreendido pela polícia, lê-se:

*“Nem Monarquia, nem República, nem Capital, nem Estado. A Revolução Social é o brado épico dos paladinos do ideal anárquico, dos guerrilheiros do Comunismo Libertário. (...) A Federação Operária de S. Paulo, integrada nos mesmos princípios ideológicos da F.A.I.¹⁰ e da C.N.T.¹¹, se solidariza com o proletariado espanhol nesta hora decisiva”*¹².

⁹ *A Plebe*, São Paulo, nº7, 07/01/1933

¹⁰ Federação Anarquista Ibérica, grupo anarquista espanhol.

¹¹ Confederação Nacional do Trabalho, sindicato anarquista espanhol.

¹² s/Doc., Prontuário DEOPS-SP no. 1088 – Donato de Vitis

Em suas páginas, *O Trabalhador*, que afinal era um jornal sindicalista e anarquista, segue atacando o Estado e propagando as idéias anarquistas. Em sua edição de julho de 1932 trás um ácido texto crítico ao Estado, assinado por Francisco Cianci e um cabeçalho que dizia, em letras garrafais: “Para garantir as liberdades individuais e coletivas, a existência das organizações trabalhistas, ameaçadas pela coligação clérigo-fascista, todos os meios são justificáveis”¹³.

Na mesma página principal há um comunicado da Federação que afirma a não participação dos anarquistas nos movimentos constitucionalistas daquele ano, por não se envolverem com questões político-partidárias.

O periódico acolheu e publicou a afirmação de princípios do Ateneu Libertário de Cultura Social em 1932 e, um ano depois, as bases de acordo do Centro de Cultura Social. Também anunciava a publicação de diversos periódicos anarquistas e o lançamento de livros, além de noticiar as agitações revolucionárias em marcha na Espanha e as constantes notas sobre o movimento dos sindicatos filiados à Federação.

Também circulavam em São Paulo os diversos jornais direcionados à categorias profissionais específicas, editados por seus respectivos sindicatos. Amostras desses são os seguintes títulos: *O Trabalhador da Light*, *O Trabalhador Padeiro*, *O Trabalhador Chapeleiro*, *O Trabalhador Vidreiro*, *A Voz dos Profissionais do Volante*, dentre outros. A intensidade da propaganda sindicalista libertária era grande, fazendo circular as idéias e as notícias por meio dessas folhas, de duração muitas vezes efêmera e publicação esporádica, mas que se faziam presentes e eram partes importantes da luta operária.

A FOSP agregava em fileiras diversos militantes que eram notadamente de orientação anarquista, dentre os mais destacados estão Hermínio Marcos Hernandez¹⁴, Arsênio Palácios¹⁵, Francisco Cianci¹⁶ e Pedro Catalo¹⁷. Há muitos outros, homens e mulheres, uns conhecidos, outros anônimos, muitas vezes elevados à ameaça à ordem social e política do país, vigiados e prontuários pelos investigadores e delegados do DEOPS. Dentre eles, vale citar alguns: Donato de Vitis, Natalino Rodrigues, Francisco

¹³ *O Trabalhador*, Ano I, no. 7, 07/1932

¹⁴ Prontuário DEOPS-SP no. 188 – Hermínio Marcos Hernandez

¹⁵ Prontuário DEOPS-SP no. 1507 – Arsênio Palácios

¹⁶ Prontuário DEOPS-SP no. 625 – Francisco Cianci

¹⁷ Prontuário DEOPS-SP no. 377 – Pedro Catalo

Augusto Neves, José Carlos Boscolo, Agostinho Farina, José Oiticica, Angelo Lasheras, Benedito Romano, Alexandre Cerchiai, Eleutério do Nascimento, João Peres Parada, Avelino Fernandes, Ernesto Gattai, Antonio Araújo Ribeiro, Atílio Pessagno, Gusmão Soler, Francisco Valdivia e Napoleão Saldanha.

Por fim, acreditamos que através de um olhar dedicado aos documentos disponíveis, sejam eles produzidos pela polícia ou pelos trabalhadores organizados, podemos concluir que a FOSP, com seus princípios baseados na ação direta, na greve geral revolucionária, na sabotagem e no antipartidarismo não era, em sua teoria e em sua prática, contrária às idéias anarquistas. O fato de em seu seio serem acolhidos todos anarquistas que se interessassem em participar ativamente do movimento sindical, sem que com isso, entrassem em contradição com suas idéias e, ao mesmo tempo, a relação da Federação com diversos grupos e indivíduos anarquistas faz com que possamos afirmar que a ação sindical dentro da FOSP era uma das diversas táticas empregadas pelos anarquistas em suas lutas cotidianas pela emancipação dos trabalhadores e de toda humanidade.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Angela M. C. *Construindo o Consentimento: Corporativismo e Trabalhadores no Brasil dos anos 30*, Campinas, Tese de Doutorado, IFCH/Unicamp, 1994

ARAÚJO, Angela M. C. “Estado e Trabalhadores” In ARAÚJO, Angela M. C. *Do corporativismo ao neoliberalismo – Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*, São Paulo, Boitempo, 2002

AZEVEDO, Raquel. *A resistência anarquista: uma questão de identidade*, São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002

GERALDO, Endrica. “Práticas Libertárias do Centro de Cultura Social Anarquista de São Paulo (1933-1935 e 1947-1951)”, *Cadernos AEL – Anarquismo e anarquistas*, No. 8/9, pp.165-192, IFCH, Campinas, 1998

GUÉRIN, Daniel (org). *Congresso Anarquista de Amsterdã, 1907*, Porto Alegre, Brisa de Liberdade, 2000

MALATESTA, Errico. “Sindicalismo: a crítica de um anarquista”, In WOODCOCK, George. *Grandes Escritos Anarquistas*, Porto Alegre, L&PM, 1981

NASCIMENTO, Rogério H.Z. *Florentino de Carvalho – Pensamento social de um anarquista*, Rio de Janeiro, Achiamé, 2000

PARRA, Lúcia Silva. *Combates pela Liberdade: O Movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS-SP (1924-1945)*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2003

RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos (1922-1946)*, Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1972

RODRIGUES, Edgar. *A Nova Aurora Libertária (1945-1948)*, Rio de Janeiro, Achiamé, 1992

RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros- Vol.2*, Rio de Janeiro, VJR, 1995

ROMANI, Carlo Maurizio. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*, São Paulo, Annablume, 2002

SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*, Imaginário, 2002

SILVA, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário – Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004